

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 506 - Brasília, quinta-feira, 17 de julho de 1997



A sessão em que foi aprovada a regulamentação da flexibilização do monopólio do petróleo durou quase cinco horas

Senado regulamenta quebra do monopólio da Petrobrás

Plenário aprova projeto estabelecendo as normas que as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, terão de seguir para explorar petróleo no país. Proposta será imediatamente enviada à sanção do presidente da República

Por que trabalham as crianças

PÁGINA 7

CCJ deve votar hoje a reforma da Previdência

O substitutivo de Beni Veras à proposta de emenda à Constituição que reforma a Previdência Social está na pauta da reunião das 10h. **Página 2**

Interlegis será lançado hoje às 11h

PÁGINA 3

CPI ouve relatório de 700 páginas

O senador Roberto Requião concluiu ontem, às 23h, a leitura de seu relatório de 700 páginas referente às investigações sobre irregularidades na emissão de títulos para pagamento de precatórios. **Página 7**



O plenário do Senado aprovou ontem o projeto que regulamenta a quebra do monopólio da Petrobrás na exploração e no refino do petróleo no país. O projeto impede a privatização da Petrobrás e cria a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que vai realizar as licitações para que grupos privados, nacionais e estrangeiros, entrem no setor.

A proposta será enviada imediatamente à sanção do presidente da República, já que foi aprovada sem emendas. Senadores opositores reclamaram do artigo que obriga a Petrobrás a transferir à Agência Nacional do Petróleo dados e interpretações de pesquisas.

Páginas 4 e 5

Substitutivo do senador Beni Veras vai à comissão, depois da vista coletiva. Na CAE, empréstimos a Minas são o tema principal

Nova Previdência deve ser votada hoje na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir e votar hoje, às 10h, o substitutivo do senador Beni Veras à proposta de emenda à Constituição que reforma a Previdência Social. A matéria recebeu vista coletiva por 48 horas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), também estará reunida às 10h, para apreciar, entre outras matérias, solicitação do governo de Minas Gerais para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1,7 milhão, para financiar a execução do

programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradás.

Nessa mesma reunião, a comissão apreciará outra solicitação, também de Minas Gerais, para contratar operação de crédito no valor de R\$ 23,8 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS.

A comissão apreciará, ainda, uma solicitação do estado do Rio Grande do Sul para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS,



O autor do substitutivo, Beni Veras

cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela e correção monetária da sexta e da sétima parcelas de precatórios judiciais.

Oposição tenta adiamento, mas pauta é mantida

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fez ontem apelo ao presidente em exercício da CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para que o relatório final da reforma da Previdência não seja submetido à votação esta manhã, como previsto.

Tebet disse que não podia se pronunciar no plenário do Senado sobre a questão e que o líder do Bloco Oposição poderia submeter a proposta à comissão esta manhã.

Segundo Dutra, houve consenso na CCJ de que, frente às mais de cem emendas apostas ao substitutivo do relator, não havia sentido votar o relatório final sem que se soubesse a posição do relator sobre as emendas apresentadas. Foi também uma decisão consensual que o plenário da CCJ teria acesso ao parecer sobre as emendas "pelo menos 48 horas antes da votação".



Dutra não conseguiu seu intento

Terça-feira, os senadores tiveram acesso ao parecer do relator, observou José Eduardo Dutra, mas ontem, juntamente com a convocação da reunião da CCJ para esta quinta-feira, teria sido distribuída "nova versão do parecer, com diferenças, inclusive em relação ao ponto mais polêmico, a paridade entre servidores ativos e inativos".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Participa da cerimônia de lançamento do Interlegis - Comunidade Virtual do Poder Legislativo. *Plenário do Senado Federal*

12h30 - Recebe o presidente da Hyundai Motor Company, B. J. Park, acompanhado de diretores da empresa

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

17h30 - Recebe o presidente da União de Vereadores do Brasil, José Malta

18h - Recebe o secretário-executivo da Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento do Brasil, ministro Lauro Moreira

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do "PDL nº 16/97, que aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26.04.96.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sa-

nitário, nos municípios de Campo Belo e Andradás; "Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; "Mensagem nº 106/97 (não terminativa), que submete à apreciação do Senado Federal os contratos celebrados em 22.05.97, com base no acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e "PRS nº 49/97 (não terminativo), que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorizações. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Discussão e votação do substitutivo do senador Beni Veras à PEC nº 33/96, que modifica o sistema da Previdência Social e estabelece normas de transição. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essacy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Campos defende câmara setorial para borracha

A criação de uma câmara setorial de incentivo à produção de borracha natural foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), com o argumento de que "os seringueiros se ressentem da falta de uma estrutura específica no aparelho estatal para discutir os problemas do setor".

Depois de observar que o látex da seringueira é produto estratégico no mercado internacional, o senador disse que, para o Brasil alcançar auto-suficiência, precisa dobrar a atual área dos seringueiros.

Campos apoiou a proposta dos seringueiros e das indústrias de pneus, as principais consumidoras, pelo fim do IPI pago pelos fabricantes de pneus. O senador disse que a renúncia fiscal seria igual à diferença paga a mais na compra da borracha brasileira e corresponderia a menos de 10% do IPI do setor. "Além de garantir condições de so-

breviência e de expansão à heveicultura, diminuiria o déficit da balança comercial e criaria cerca de 70 mil empregos diretos", disse.

Júlio Campos destacou que os heveicultores "estão inseguros ante as perspectivas de terem de reduzir mais o preço do produto, tornando-o inviável". A produção brasileira supre 45% da necessidade do mercado, vindo o restante da Ásia, que, conforme disse, oferece o látex a preço atrativo.



Campos: mais 70 mil empregos

Lucena lê nota do governo da Paraíba

Em nota à população divulgada na terça-feira e lida ontem, em plenário, pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o governador da Paraíba, José Maranhão, afirmou que, ao rejeitarem proposta do governo às suas reivindicações, as lideranças dos policiais militares do estado "preferiram a radicaliza-

ção" e transformaram o movimento grevista "em comício político, com a presença de agitadores e oportunistas cujo intuito é desrespeitar a lei e promover a baderna".

Ainda conforme a nota, o governador diz esperar que os líderes da paralisação tenham bom senso e retomem o diálogo com o governo, "para que não venham a ser responsabilizados pelas consequências da radicalização".

Lucena observou que, à semelhança do que ocorreu em Minas e em vários outros estados, também na Paraíba a PM estadual apresentou reivindicações. Como essas não foram atendidas, a corporação apelou à greve. "Pela lei, servidores militares federais e estaduais não têm direito a greve", disse.



Lucena: PM sem direito a greve



A informática será utilizada como instrumento para que ocorra maior integração do Legislativo

Rede de computadores vai interligar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais de todo o país

Senado lança hoje o programa Interlegis

Será lançado hoje, às 11h, no plenário do Senado Federal o programa Interlegis, que cria uma rede de computadores para interligar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais. O objetivo é permitir a troca de informações entre todos os Legislativos do país.

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além de presidentes de assembleias legislativas e de câmaras de vereadores, estarão presentes à

cerimônia de lançamento do programa, que é coordenado pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Na oportunidade, será exibido um vídeo sobre o programa Interlegis, com duração de três minutos e meio.

Após a solenidade, o Prodasen promoverá painéis explicativos sobre o funcionamento do sistema, na sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. As exposições serão apresentadas para pessoal especializado dos estados

e municípios, ao longo de todo o dia de hoje e amanhã.

O primeiro painel será apresentado pela diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Pêres Borges, e pelo consultor técnico Armando Roberto Cerchi Nascimento. Outros painéis versarão, entre outros assuntos, sobre a estrutura tecnológica do Interlegis, oportunidades da comunicação social, informações econômicas, sociais e orçamentárias e ainda bases de dados jurídicos.

Efeito vinculante vai a plenário na terça-feira

O plenário do Senado deve votar na terça-feira, dia 22, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que estabelece efeito vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal. Com isso, as decisões da Alta Corte passarão a ser obedecidas pela administração pública e pelos demais órgãos do Poder Judiciário.

A votação no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional - que deve encerrar-se no próximo dia 25 - será possível em ra-

ção de aditamento da pauta proposto pelo presidente da República, em mensagem encaminhada ao Congresso Nacional. A mensagem inclui apenas a proposta de iniciativa de Ronaldo Cunha Lima.

Na prática, a emenda evitará o excesso de demandas judiciais hoje em curso no STF e que, na maioria, repetem assuntos já decididos na Corte Suprema. Por outro lado, facilitará a vida de algumas partes interessadas.

Para o senador Ronaldo Cunha Lima, haverá, com o efeito vinculante, uma harmonia jurisprudencial no país, facilitando o acesso à Justiça e de-



Ronaldo é o autor da proposta

safogando a pauta do STF. Se passar pelo Senado, em dois turnos, a emenda deverá ir ao exame da Câmara dos Deputados.

ABERTURA NO



PETRÓLEO

Em quase cinco horas de sessão, foram aprovadas, sem emendas, as normas que regulamentam a quebra do monopólio. O projeto segue imediatamente para sanção

Exploração está aberta às empresas privadas

Vinte e um meses depois do fim do monopólio da Petrobrás na exploração e refino de petróleo, o Senado aprovou ontem à noite projeto de lei que estabelece as normas que as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, terão de seguir para entrar na área petrolífera brasileira. O projeto, com 83 artigos, impede a privatização da Petrobrás e cria a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que realizará as licitações para que grupos privados explorem, sob concessão ou autorização, petróleo no país. Também foi criado o Conselho Nacional de Política Energética, órgão que assessorará o presidente da República.

A sessão durou quase cinco horas e os relatores do projeto, senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), José Fogaça (PMDB-RS) e Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), não aceitaram qualquer emenda de plenário. Com isso, o projeto será enviado imediatamente à sanção do presidente da República. A proposta foi aprovada em votação simbólica. Registraram votos contrários os senadores do Bloco Oposição, e Josaphat Marinho (PFL-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), Emília Fernandes (PTB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR).

No geral, os senadores oposição reclamaram do artigo que obriga a Petrobrás a transferir para a Agência Nacional do Petróleo todos os dados e suas interpretações de pesquisas que a estatal fez em todo o país. O líder do PMDB, senador Jádher Barbalho (PA), também criticou a exigência e apoiou votação de destaque do artigo para derribá-la. "É um absurdo obrigar a Petrobrás a entregar essas informações para empre-



Antonio Carlos Magalhães presidiu a sessão de ontem, uma das mais demoradas da convocação extraordinária

sas que depois vão competir com ela", afirmou Jádher.

O senador José Fogaça contestou a argumentação sobre a entrega dos dados, ponderando que as informações ficarão com a ANP, que se utilizará delas para as licitações para concessão de perfuração, extração, refino e transporte de petróleo. Hugo Napoleão, relator pela CCJ, elogiou a Petrobrás, mas destacou que, "se o país não conseguiu até agora a auto-suficiência em petróleo, é preciso dar oportunidade a terceiros".

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, protestou contra artigo que per-

mitirá à ANP abrir licitação para conceder exploração a grupos privados até mesmo da Bacia de Campos, que desde a década de 70 é pesquisada pela Petrobrás e de onde a estatal reti-

Maior polémica foi a imposição de que a Petrobrás entregue à futura ANP dados e interpretações de todas as pesquisas que já fez

ra a maior parte do petróleo que produz. "A Petrobrás deve ter exclusividade para a área que tanto pesquisou", disse. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) previu

que os acionistas minoritários da Petrobrás entrarão na Justiça para impedir a entrega de dados. Josaphat Marinho também protestou contra essa transferência de informações e considerou que o artigo 26 fere o monopólio da União na área do petróleo, por declarar que pertence à empresa privada o petróleo que ela extrair.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) opinou que a Petrobrás poderá "ficar sufocada e enfraquecida com a nova legislação" e "até mesmo quebrar". Lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou car-

ta ao presidente do Senado, em 95, garantindo que a empresa não seria privatizada e não permitiria que grupos privados perfurassem áreas já pesquisadas pela Petrobrás e consideradas promissoras. "A possibilidade de entrada de outras empresas na Bacia de Campos é um crime contra a Petrobrás", assinalou. O mesmo protesto foi feito pelo senador Lauro Campos (PT-DF).

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ex-relator da emenda constitucional da quebra do monopólio da Petrobrás, no final de 95, lembrou o compromisso do presidente em manter forte a Petrobrás. Para ele, é importante a estatal em boas condições de competitividade, para que o governo possa responder a quaisquer eventualidades "que a conjuntura econômica internacional venha a encenar".

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a intenção de apresentar projeto de lei criando o Fundo Brasil de Cidadania, constituído por arrecadações oriundas da exploração das riquezas do país. O fundo distribuiria, depois de algum tempo, uma cota a cada família brasileira.

Durante o encaminhamento da votação, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que o projeto é um dos últimos capítulos do Estado-empresário no Brasil. No entanto, apontou "ambigüidades" no texto do projeto, entre elas o artigo 26. Para ele, foi quebrado o monopólio da Petrobrás, e não da União. No entanto, este artigo diz que o petróleo pertencerá à empresa privada que o explorar. Sarney também lamentou que a entrega de dados e análise da Petrobrás à ANP reduzirá a competitividade da estatal.

Destaques rejeitados por maioria absoluta

Por 44 e 58 votos contrários, respectivamente, o plenário do Senado rejeitou os dois únicos destaques para votação em separado submetidos à sua deliberação. Eles foram apresentados pelo senador José Eduardo Dutra.

No primeiro destaque, o senador pretendia "garantir condições de competitividade à Petrobrás" distinguindo, no artigo 22 do projeto, os dados

físicos - aqueles obtidos a partir da perfuração de poços, por exemplo - dos dados interpretativos resultantes daquelas informações. "Entregar todos os dados não encontra paralelo em nenhum lugar do mundo", argumentou o senador.

No entendimento do relator José Fogaça, no entanto, que poderia parecer contrário ao destaque da emenda, a Petrobrás não "deverá entregar seus

dados a empresas que objetivam lucro, mas a um órgão público, que deterá as informações estratégicas sobre o setor de petróleo e gás natural".

O segundo destaque referia-se a emenda apresentada pelo senador Lúcio Alcântara que previa a inscrição, no texto do projeto, de que o monopólio do petróleo e do gás natural é da União.

ABERTURA NO



PETRÓLEO

Os três senadores que relataram a matéria nas comissões por que tramitou são unânimes em defender o projeto como um avanço

Relatores comentam aprovação

"Esse projeto abre o setor petrolífero à competição e pode levar a uma redução de preços para o consumidor." A opinião é do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, justificando em plenário por que rejeitou as 35 emendas apresentadas ao projeto. Ele considera que a Petrobrás será fortalecida, a começar pela liberdade de compra de bens e de serviços, o que aumentará sua competitividade.

- A União não poderá perder o controle acionário da Petrobrás. Isso está claro no projeto - afirmou. Napoleão destacou que a proposta permite que empresas privadas possam investir na área petrolífera "sem discriminações ou favorecimentos, em um verdadeiro regime de concorrência, mas sempre preservando os interesses nacionais".

Hugo Napoleão disse que estudou em profundidade as ponderações dos vários grupos interessados na área petrolífera. Um deles pediu o fim do parágrafo que permite a redução da cobrança de royalties



Teotônio: Estado só fiscaliza

por parte da ANP nas áreas com riscos geológicos. "Disseram que as empresas alegariam riscos geológicos na Bacia de Campos, na Bahia e no Rio Grande do Norte e acabariam sem pagar os royalties. No entanto, depois de consultas a órgãos competentes, fui informado de que a Bacia de Campos é uma das áreas de menor risco geológico."

José Fogaça (PMDB-RS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos, disse que o projeto foi negociado com competência na Câmara dos Deputados e uma emenda aceita pelos senadores difícil-



Napoleão: União é e será a dona

mente teria aprovação dos deputados. Na opinião do senador, a maior reclamação das oposições se referia aos poderes da Petrobrás e à transferência de informações da estatal para a Agência Nacional do Petróleo, o que poderia favorecer os grupos privados. "A Petrobrás está defendida e preservada para continuar crescendo. O que não se pode permitir é que ela sente-se em poços de petróleo, sem fazer os investimentos para sua exploração."

Já o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), relator na



Fogaça: a Petrobrás está defendida

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, lembrou que, "no novo modelo econômico mundial, o Estado só deve exercer o papel de fiscalizador, punindo abusos", o que ocorrerá com a nova política petrolífera.

- Não é mais possível, no Brasil de hoje, imaginar um Estado gastando 40% dos seus investimentos na área de energia. Cabe à iniciativa privada assumir o antigo papel do Estado de investir no setor energético. Qualquer legislação brasileira deve privilegiar o consumidor. É ele que deve sair fortalecido, e não o Estado.

Leite Barbosa substituirá Itamar Franco na OEA

O plenário aprovou ontem os nomes de três diplomatas para embaixadas brasileiras em outros países e junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). O embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa será o novo embaixador-chefe da missão do Brasil na OEA, em substituição ao ex-presidente Itamar Franco.

O embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto foi autorizado pelos senadores a acumular a embaixada do Brasil na Áustria com o cargo de representante brasileiro junto à República da Croácia. Carlos Moreira Garcia acumulará a embaixada na Espanha com a representação no Principado de Andorra.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida). Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Audio Digital
NTSC Spectrum Saver-Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Quem entrar no negócio pagará ao governo até 10%

Os grupos privados nacionais ou estrangeiros que ganharem a concessão para explorar petróleo no país terão de pagar de 5% a 10% de royalties, pelo projeto aprovado. Essa será a grande fonte de renda do governo com a abertura do setor à iniciativa privada, ao lado dos valores que a Agência Nacional do Petróleo cobrará de quem ganhar concessões ou autorizações para pesquisar, perfurar, extrair, refinar, importar ou transportar petróleo.

O projeto fixa os princípios e objetivos da política energética do Brasil e cria o Conselho Nacional de Política Energética, órgão de assessoria e consulta do presidente da República. Esse conselho proporá as políticas nacionais e medidas específicas para o setor de petróleo e gás. A proposta cria ainda a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que vai regular toda a área petrolífera.

Será responsabilidade da ANP garantir o abastecimento nacional de petróleo, proteger

consumidores, delimitar áreas a serem licitadas e fiscalizar o setor petrolífero. Será uma autarquia especial. Depois que os nomes dos cinco diretores forem aprovados pelo Senado, eles não poderão ser demitidos, só podendo ser afastados do mandato de quatro anos se cometerem atos de improbidade, violação administrativa ou condenação penal. Cada diretor terminará o mandato em anos diferentes, para que a substituição não traga problemas de continuidade. Assim, o presi-

dente da República terá na ANP maioria de indicados em sua administração somente depois de três anos.

De acordo com o projeto, a Petrobrás deverá se adequar ao regime de livre competição, mas o controle acionário ficará nas mãos da União. A empresa estará obrigada a constituir subsidiária com atribuições específicas para operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

Na opinião do senador, as mudanças constitucionais são necessárias para que o país aproveite as oportunidades de prosperidade econômica oferecidas pela globalização

Hollanda pede votação das reformas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a votação das reformas constitucionais em tramitação no Congresso. Na sua opinião, as reformas são necessárias para que o país aproveite as oportunidades de prosperidade econômica oferecidas pela globalização.

Para o senador, o Congresso não é avesso às reformas, pois, conforme destacou, durante os dois primeiros anos da atual legislatura foram aprovadas várias emendas constitucionais, entre elas as relativas às telecomunicações, ao petróleo e à concessão de serviços públicos. Ele afirmou que "a pressão pelas reformas



Hollanda: crescer e oferecer empregos

deverá transformar-se em clamor nacional. Do contrário, o Brasil não terá condições de crescer nos percentuais neces-

sários para reduzir a pobreza e o desemprego".

- Congresso que aprova tanto como já aprovou ou Congresso que posterga é Congresso-palco das forças e das contradições da nação, mas não é campo de fuga da responsabilidade quanto à necessária renovação, a fim de promover o crescimento econômico e o bem-estar da população - assinalou.

Joel de Hollanda citou estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo em torno do *Fórum das Reformas - a Nação tem pres-*

sa, promovido pela Fiesp no dia 23 de junho.

O documento descreve a expectativa de parcelas da nação em relação às reformas estruturais de que o Brasil necessita, em particular a reforma tributária, a da Previdência e a administrativa.

Conforme disse Hollanda, o fórum concluiu que, sem as reformas, o país deixa de crescer 3,7% do PIB ao ano.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que são injustas as críticas feitas ao funcionamento do Legislativo, lembrando também que foram aprovadas muitas emendas à Constituição, nos últimos dois anos.



Coutinho: pela reforma agrária

Coutinho apóia documento de bispos do Pará

O senador Jorge (PSDB-PA) disse ontem que o documento no qual os bispos da Igreja Católica no Pará apontam problemas do estado representa um alerta ao povo paraense. "Significa dizer que temos de dar um basta a equívocos e omissões acumulados em muitos anos da posição de estado colonizado a que o Pará foi relegado", afirmou.

O senador, no entanto, procurou esclarecer algumas questões levantadas pelos bispos, por considerar que as soluções propostas ou sugestões apresentadas já existiam ou estavam sendo providenciadas. Entre essas, Coutinho Jorge reportou-se a crítica à falta de energia nos municípios próximos à hidrelétrica de Tucuruí. "Já há uma solução para isso, pois o atual governo deu prioridade à construção da linha de transmissão entre Tucuruí e Santarém", frisou.

Sobre a sugestão dos bispos a respeito do trabalho dos parlamentares, Coutinho Jorge afirmou que "a banca do Pará tem trabalhado unida e os recursos estão sendo alocados para obras importantes, como a rodovia Santarém-Cuiabá, a Transamazônica, a hidrovía Araguaia-Tocantins e o projeto de macrodrenagem de Belém", assinalou.

Para Coutinho Jorge, a reforma agrária defendida pelos bispos é "absolutamente indispensável e necessária ao país". A seu ver, com a aprovação do rito sumário, a mudança na cobrança do ITR e a participação dos municípios neste processo a reforma agrária no Brasil será agilizada.

Odacir repele pressões para que o Congresso Nacional decida "a toque-de-caixa"

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou ser "execrável e incosequente" a pressão que se vem exercendo sobre o Congresso para a aprovação das reformas constitucionais. Ele se referia a declarações de alguns ministros, líderes políticos e empresários que, a seu ver, não hesitam em desmoralizar o Legislativo perante a opinião pública na intenção de ver aprovadas "a toque-de-caixa e sem a ponderada análise prévia" as modificações pretendidas pelo Executivo.

Odacir, ao citar palavras do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre possíveis prejuízos que adviriam para o país em razão do atraso na aprovação das reformas constitucionais, disse que "declarações semelhantes têm-se multiplicado ultimamente, com tamanha intensidade e frequência, que chegam a assumir visos de uma potente orquestração".

- Declarações como essas, longe de favorecer o convencimento dos membros do Legislativo sobre a conveniência de



Odacir: sem açodamento

certas reformas, podem provocar efeitos opostos, sobretudo junto aos parlamentares ciosos da sua independência e da indeclinável prerrogativa que têm de exercer livremente e sem açodamento seus deveres legislativos - advertiu o senador.

Odacir lembrou que o próprio presidente, em entrevista à revista *Veja*, garantiu ter aconselhado "a equipe econômica a não dar tanta ênfase à necessidade das reformas". Conforme acrescentou, o presidente ressaltou, ainda, que essas medidas são importantes, "mas dizer que o Real depende das reformas é mentira".

Alcântara defende a reestruturação do SUS

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem o apoio do Congresso Nacional para que o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, promova rapidamente uma reforma no Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de acabar com as distorções na distribuição de verbas do sistema. O senador lembrou que os governadores, sobretudo dos pequenos estados, têm cobrado essa reformulação do sistema, hoje extremamente desfavorável aos estados mais pobres.

Lúcio Alcântara disse que o pagamento por produção e a tabela única de preços e serviços dos conveniados são apontados como as causas principais para a distorção que ocorre na liberação de verbas do SUS, que chega a R\$ 8,8 bilhões para pagamento de internações e serviços ambulatoriais.

O senador explicou que o valor mensal transferido dos recursos do SUS é definido com base na quantidade e no tipo de serviços prestados. Como os estados ricos têm maior número de leitos por habitantes e hospitais com capacidade para realizar procedimentos caros e complexos, eles



Alcântara quer fim das distorções

ficam com a maior parte do dinheiro.

Lúcio Alcântara destacou, ainda, que o primeiro passo da reforma do SUS proposta pelo ministro da Saúde é a implantação do Piso de Atendimento Básico (PAB). Segundo ele, também está prevista a extinção da tabela do SUS, que define o valor dos procedimentos médicos e laboratoriais executados pelos hospitais conveniados.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou o discurso de Lúcio Alcântara. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que até na questão da saúde há uma discriminação contra os estados menores como "se o doente dos estados ricos fosse mais valioso que o doente do estado pobre".

Requião lê relatório sobre irregularidades

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), promoveu ontem à noite a leitura oficial do relatório de 700 páginas resultante dos sete meses de investigação sobre irregularidades praticadas na emissão de títulos para pagamento de precatórios. O relatório implica 106 pessoas físicas e 161 pessoas jurídicas, e conclui pela necessidade de instalação de uma CPI para investigar o mercado financeiro. Iniciada às 21h30, a leitura terminou às 23h.

Antes da leitura, o presidente em exercício da CPI, Geraldo Melo (PSDB-RN), anunciou a chegada de ofícios do ex-governador Luiz Antonio Fleury (São Paulo) e do presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, reclamando do fato de estarem mencionados nas irregularidades investigadas.

Em seguida, a CPI decidiu que a leitura se limitaria às principais partes do relatório. Requião iniciou a leitura pelo capítulo II, com as considerações gerais sobre a emissão de títulos para pagamento de

débitos judiciais. E disse que analisava ali se, com a finalidade de contornar a proibição de emissão de títulos públicos, alguns estados e municípios simularam a existência das "condições necessárias" para essas emissões.

Conforme o relator, estados e municípios que agiram fraudulentamente falsificaram o valor das parcelas devidas dos precatórios a pagar, assim como suas correções monetárias. "Quanto mais se percebia que o Banco Central e o Senado não estavam sendo suficientemente vigilantes, mais se exagerava na correção monetária dos precatórios devidos", disse o relator.

Requião também condenou o argumento de que o BC não dispunha de condições de fiscalizar o valor dos precatórios listados por governadores e prefeitos. Disse que, à luz da lei, não documento para constatar se a documentação recebida era suficiente, o BC tinha o "poder-dever" de buscar elementos que comprovassem a necessidade das emissões alegadas por estados e municípios.

Antonio Carlos avaliza seriedade da comissão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, rebateu ontem as insinuações sobre o trabalho da CPI dos Precatórios, afirmando que "quem fala que vai acabar em pizza é porque não está vendo a seriedade com que se trabalha no Congresso hoje". Ele esclareceu que o parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), pode ser alterado pela comissão.

- Isto é natural. Qualquer proposição, qualquer projeto aqui no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado, é passível de modificação - afirmou.

Antonio Carlos Magalhães disse que pretendia ler o relatório de Requião na noite de ontem, confirmou que a

votação será na terça-feira, 22, para correr o prazo necessário aos pedidos de vistas, e negou qualquer intenção de interferir na CPI.

- Lá a presidência é do Geraldo Melo, pois o Bernardo Cabral está ausente, e ele dirige com a competência que lhe é própria - disse.

A previsão do presidente do Senado é de que o relatório de Requião seja aprovado, possivelmente com algumas emendas, "até com a sua própria concordância", e seja afinal subscrito pelos demais membros da comissão. Caso as alterações sejam substanciais, porém, cabe o recurso regimental do voto em separado, ficando a decisão majoritária conhecida como voto vencido.



As senadoras Emília Fernandes e Benedita da Silva, na reunião, ontem, que aprovou o relatório da CPI

Relatório com uma série de recomendações será enviado ao Executivo, anuncia a presidente da comissão mista, senadora Marluce Pinto

Pobreza dificulta combate ao trabalho infantil, conclui CPI

O maior obstáculo à erradicação e à regularização do trabalho de crianças e adolescentes é a grande pobreza da população. A conclusão é da CPI do Trabalho Infantil, que, em reunião presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), aprovou ontem o relatório preliminar sobre diligência e audiência pública realizadas pela comissão no Rio Grande do Sul.

Para a senadora Marluce Pinto, se num estado economicamente forte como o Rio Grande do Sul o problema do menor é grave, "tudo indica que os problemas são muito mais graves nos estados menos privilegiados". Mas ela está convencida de que as autoridades irão se sensibilizar com o problema, a partir do momento em que forem concluídos os trabalhos de investigação da CPI, que encaminhará seu relatório com uma série de recomendações ao Executivo federal e aos governos estaduais.

- O combate à exploração do trabalho infantil exige uma ação mais concreta, e as recomendações têm que ser cobradas imediatamente - disse, por sua vez, a senadora Emília Fernan-

des (PTB-RS), para quem "o Rio Grande do Sul, pela situação econômico-social que ostenta, precisa admitir que a questão é extremamente grave".

Já Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a necessidade de a CPI sugerir ao presidente da República que edite uma medida provisória de modo a viabilizar soluções para o problema das crianças no país.

- É inegável que a utilização ilegal da mão-de-obra infanto-

juvenil está bastante disseminada no Rio Grande do Sul, onde a comissão constatou inúmeras irregularidades. Assim, urge que sejam tomadas medidas imediatas para erradicar o trabalho infantil e proteger os direitos do adolescente empregado, buscando-se para isso a união de esforços de todos os órgãos governamentais e não-governamentais - afirmou no relatório a deputada Célia Mendes (AC).

Um terço das crianças gaúchas trabalham irregularmente

O relatório parcial da CPI do Trabalho Infantil, na opinião dos membros da comissão, revela a verdadeira radiografia sobre o trabalho infanto-juvenil no Rio Grande do Sul e mostra, também, o que praticamente deve estar ocorrendo em todo o país. Baseada em dados da Delegacia Regional do Trabalho/RS, a comissão concluiu que o número de crianças e de adolescentes de 10 a 17 anos - que trabalham irregularmente - é de 523.703, o que representa 36,20% da população nesta faixa etária e 10,02% da força total de trabalho naquele estado.

O desmembramento das informações por grupos de faixas

etárias revela que 25% das crianças, de 10 a 14 anos, participam da população economicamente ativa. Na faixa de 5 a 9 anos, o número é de 61.900 crianças integradas ao mercado de trabalho, o que representa 6,59% desta população. A taxa de atividade cresce, ainda mais, no que se refere à faixa do adolescente de 15 a 17 anos, atingindo o percentual de 59,23%.

Segundo o relatório, na área urbana são as pequenas empresas que contratam menores, deixando de registrá-los, o que torna a situação ainda mais grave, em especial no que se refere à questão dos acidentes de trabalho, sobretudo na construção civil.

Texto assinado pelos países integrantes do bloco abre linhas aéreas regulares. Objetivo é desenvolver novos mercados e atender as atuais demandas dos usuários

Comissão do Mercosul aprova acordo

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem parecer favorável ao texto do acordo feito entre os países signatários do Mercosul para abrir novas linhas aéreas regulares em rotas diferentes das operadas regionalmente nos termos dos acordos bilaterais. O objetivo é desenvolver novos mercados e atender efetivamente à demanda dos usuários.

Assinado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, o acordo foi celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro passado. Para o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), a aprovação do documento significa um passo necessário para o aprofundamento das

ligações entre os territórios dos países do Mercosul. A matéria irá ainda a duas comissões e ao plenário da Câmara. Depois, será submetida ao exame do Senado.

O relator da matéria, deputado Júlio Readecker, afirmou ainda que a adoção do acordo tornou-se necessária em razão do crescimento do comércio entre os países da América Latina, a partir da criação do Mercosul. Possibilitando novas alternativas para o deslocamento de pessoas e de cargas na região, o acordo, na opinião do deputado, "é consequência do processo de integração regional e um avanço na direção da intensificação das relações intrabloco".



Mauro: impulso à economia goiana

Mauro aprova mudança no Fundo do Centro-Oeste

A adoção de novo sistema de financiamentos para o Fundo do Centro-Oeste (FCO) foi apontada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) como "um fato que levará repercussões positivas para a economia da região". O senador considera que o novo fundo, divulgado pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir, mostra alguns avanços significativos no incentivo à produção agrícola e industrial de Goiás.

O senador destacou que, de acordo com as novas normas, o prazo de financiamentos no âmbito do FCO passa de oito para 12 anos, permitindo aos produtores um cronograma mais flexível para planejar o retorno dos investimentos. O período de carência, conforme acentuado, também será ampliado para três anos, em vez de dois.

As medidas anunciadas mostram que as áreas econômicas do governo estão mais abertas e sensíveis para entender as dificuldades que vinham punindo os que querem produzir e os que carecem de capitais próprios para continuar sobrevivendo. A política de juros elevados causou grandes estragos na economia do meu estado, principalmente na agricultura, mas é importante reconhecer que a redução da TJLP vem aliviando aos poucos o sistema financeiro injusto e massacrante que pesava sobre a produção - disse o senador.

Lobão lembra 55 anos da chegada da FEB à Itália

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou ontem, em plenário, que em 16 de julho de 1942, há exatos 55 anos, desembarcava no porto de Nápoles o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), marcando a presença das tropas nacionais nas trincheiras italianas da Segunda Guerra Mundial.

Ele observou que o Brasil decidiu integrar-se às forças aliadas após agressão de submarinos alemães a navios brasileiros. O primeiro contingente enviado à Itália, integrado por 5.075 homens, 304 deles oficiais, foi comandado pelo general Euclides Zenóbio da Costa, lembrou.

Lobão destacou sua "admiração pelos que tanto têm honrado nossas tradições de

coragem e bravura" e cumprimentou o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Benedito Onofre Leonel, pela oportunidade da publicação de *O Brasil e suas Forças Armadas*.

O senador aproveitou para referir-se à atual estrutura militar do país, caracterizada pelo amadurecimento.

"Exército, Marinha e Aeronáutica orientam suas ações pelos deveres e obrigações que a Constituição lhes outorga", disse Lobão. Acrescentou que, organizadas com base na disciplina e hierarquia e submetidas à autoridade suprema do presidente da República, elas "vêm garantindo bases efetivas e duradouras para o exercício da cidadania".



Lobão: lembrando o desembarque

Militar brasileiro na ONU ganha elogio de Elcio

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) elogiou a indicação do major-brigadeiro-do-ar Renato Cláudio Costa Pereira para o cargo de secretário-geral da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), agência das Nações Unidas especializada



Elcio: prêmio à competência

no transporte aéreo civil. Sobre a qualificação do militar, Elcio citou ações à frente do Instituto de Proteção ao Voo, na assessoria de Logística do Ministério da Aeronáutica e na chefia do Subdepartamento de Planejamento do Departamento de Aviação Civil (DAC), onde criou condições para que as empresas Vasp, Transbrasil e TAM entrassem no mercado internacional.

O senador lembrou ainda o trabalho de Renato Cláudio

Costa Pereira à frente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (Cerna), quando foi assinado o Acordo de Transporte Aéreo Sub-Regional, "único acordo multilateral de serviços aéreos

existente no mundo". - É com este vasto rol de serviços prestados à Aeronáutica brasileira e à aviação civil que o major-brigadeiro-do-ar Renato Cláudio se prepara agora para alçar um voo mais alto. O cargo de secretário-geral da Organização de Aviação Civil Internacional é não só um novo desafio no seu vasto currículo aeronáutico, mas também um prêmio à sua competência e dedicação à causa da aviação civil - disse.

Sarney com os militares do Exército que fizeram visita de cortesia



SARNEY RECEBE OFICIAIS DO EXÉRCITO

O senador José Sarney, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebeu, na tarde de terça-feira, visita de

cortesia de oficiais superiores e instrutores do Curso de Política, Estratégia e Altos Estudos Militares do Exército brasileiro.